



Relatório técnico sobre a perceção dos
stakeholders face às oportunidades e
constrangimentos suscitados pela ZPE
(Ação D.5)

LIFE Berlengas
2014 – 2018

Gestão sustentável para a conservação de espécies e
habitats ameaçados na ZPE das Berlengas

Lisboa, Agosto, 2017

LIFE13 NAT/PT/000458



Relatório técnico sobre a perceção dos stakeholders face às oportunidades e constrangimentos suscitados pela ZPE (Ação D.5)

Lisboa, Agosto, 2017



O LIFE Berlengas é coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e conta com a parceria do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da Câmara Municipal de Peniche e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo ainda a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria como observador externo. Este projeto, que teve início a 1 de junho de 2014, será implementado até 30 de setembro de 2018 e é cofinanciado pela Comissão Europeia ao abrigo do programa LIFE+.

LIFE Berlengas

Gestão sustentável para a conservação das Berlengas

O projeto LIFE Berlengas é um projeto com a duração de quatro anos e meio, que se desenrola na ZPE das Berlengas. As Berlengas são um Arquipélago. A ZPE inclui todas as ilhas e ilhéus do Arquipélago das Berlengas e uma grande área de mar em torno das mesmas. O Arquipélago das Berlengas é composto pela Ilha da Berlenga, e por dois grupos de Ilhéus, as Estelas e os Farilhões.

A maior parte das ações do LIFE estão focadas na ilha da Berlenga. A Reserva Natural das Berlengas (RNB) também inclui todas as ilhas e ilhéus do Arquipélago das Berlengas mas a área de mar é menor que a da ZPE. No âmbito da RNB apenas a Ilha da Berlenga está aberta à visitação do público, sendo as restantes ilhas e ilhéus reserva integral e o seu acesso vedado. Na ilha da Berlenga os visitantes não podem circular livremente, estando a visitação restrita aos locais indicados.

www.berlengas.eu

LIFE Berlengas | 2014 – 2018

Coordenação: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Parceiros: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Câmara Municipal de Peniche, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, como observador externo, a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria.

Cofinanciamento: Comissão Europeia ao abrigo do programa LIFE+

Relatório técnico sobre a perceção dos stakeholders face às oportunidades e constrangimentos suscitados pela ZPE (Ação D.5)

Responsável: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Autoria: Alexandre Vaz, Carlos Pereira da Silva

Agradecimentos: A todos os entrevistados e aos colegas do CICS.NOVA pela ajuda no terreno e pelas sugestões.

ÍNDICE

RESUMO	1
SUMMARY	1
Nota introdutória	2
1. Abordagem metodológica	2
2. Para uma tipologia de stakeholders	3
3 A recolha dos dados	5
4 Atividades económicas e relações entre pares	6
5 Pesca	7
6 Turismo	16
7 Relações institucionais	22
8 O LIFE e a participação	27
9. Conclusão	30
10 Bibliografia	31
ANEXO	33

RESUMO

A atual gestão de áreas protegidas recomenda o envolvimento das comunidades locais e dos principais afetados na elaboração dos planos de gestão e na implementação de medidas no terreno. Esta estratégia permite encorajar soluções integradas que não comprometam os desejos e as aspirações das populações, favorecendo a identificação com os objetivos de conservação e maximizando assim as suas hipóteses de sucesso.

Este relatório pretende dar a conhecer a perceção dos diferentes *stakeholders* face às oportunidades e constrangimentos que a ZPE suscita, bem como, ajudar a monitorizar o sucesso das estratégias de planeamento participado.

Realizaram-se 19 entrevistas semi-estruturadas a diferentes *stakeholders*, que incluíram pescadores, mariscadores, operadores turísticos e a diferentes instituições cuja área de influência inclui a Reserva da Berlenga.

Verificou-se que os contornos da ZPE e das propostas do seu plano de gestão ainda não são totalmente claros para a comunidade mais diretamente afetada e que três anos após o início do projecto LIFE-Berlengas existe ainda um desconhecimento e alguns equívocos relativos aos seus objetivos. Foi ainda possível compreender que as relações potencialmente conflituosas intra-grupos são provavelmente mais disruptivas do que as tensões inter-grupos. Por outro lado, uma questão percecionada pela generalidade dos entrevistados como determinante para uma eficaz gestão da Reserva passa pela implementação de uma capacidade de carga. A incapacidade para o fazer até ao momento foi atribuída ao confronto entre os critérios que privilegiam a preservação de valores naturais e a garantia de regras de segurança por oposição a aspirações predominantemente economicistas que privilegiam uma sustentabilidade das empresas do sector turístico baseado no volume.

SUMMARY

The current management of protected areas recommends the involvement of local communities and mainly concerned parties in the preparation of management plans and implementation of measures in the field. This strategy allows the encouragement of integrated solutions that don't compromise the desires and aspirations of the populations, favouring the identification with the goals of conservation thus maximizing their chances of success.

This report intends to help decode the perception of the different stakeholders of the opportunities and constraints that the IBA Management Plan raises as well as to help monitor the success of the participated plan strategies.

For this, 19 semi-structured interviews to different stakeholders were performed which included fisherman, barnacle harvesters, touristic operators and the different institutions whose area of influence includes the Berlenga Reserve.

It was ascertained that three years after the implementation of the LIFE project, it's objectives as well as the outline of the IBA and its management plan, are still not totally clear for the community directly linked to the Berlenga. It was also possible to understand that potentially conflicting intra-group relations are probably more disruptive than inter-group tensions. On the other hand a question perceived by the majority of the parties as being determinant for the effective management of the Reserve is the implementation of a carrying capacity. The inability to do so until now has been attributed to the confrontation between the criteria that privileges the preservation of natural values and the guaranty of safety rules by opposition to predominantly economic aspirations that privilege the touristic companies sustainability based on volume.

O presente relatório sintetiza a informação recolhida e a reflexão decorrente da sua análise no âmbito da Ação D5 do Projeto LIFE Berlengas. Esta componente do Projeto propunha-se identificar e avaliar as oportunidades e constrangimentos decorrentes da ZPE e a forma como são percecionados pelos diferentes *stakeholders*. Aqui, como quase sempre, existe efetivamente uma diferença entre as oportunidades e constrangimentos reais e a forma como são percecionados e internalizados pelos diferentes atores. Se a avaliação dos impactos económicos em todas as suas cambiantes e no abstrato, é por maioria de razão do âmbito da Economia, a análise da perceção dos impactos decorrentes da gestão de uma área protegida, cai sobre a alçada da Sociologia.

O trabalho que está na origem deste relatório parte dessa premissa e não tem, portanto a pretensão de caucionar a pertinência ou veracidade dos factos ou representações dos entrevistados, mas antes inferir a partir do sentido atribuído às suas posições a natureza das relações que se estabelecem entre os diferentes atores, que incluem a Reserva, as diferentes instituições que a tutelam e os diferentes agentes económicos que operam naquele contexto. Na condução das entrevistas investiu-se no sentido de criar um espaço onde os entrevistados se sentissem confortáveis a proferir opiniões francas e eventualmente até politicamente incorretas. Esta estratégia gerou depoimentos que em alguns casos podem até parecer ofensivos, mas é importante compreender que estas posições podem inclusivamente ser ampliadas pelos entrevistados para dar corpo a por exemplo eventuais frustrações. É desejável que uma leitura deste relatório tenha isso em conta e que portanto ele não contribua para o agravamento de eventuais conflitos. Obviamente que as opiniões expressas nas entrevistas e selecionadas para aqui serem transcritas, não refletem os posicionamentos dos autores do relatório.

1. Abordagem metodológica

Pelo facto da Reserva da Berlenga remeter para um arquipélago de pequenas dimensões e sem habitantes em permanência, a identificação dos atores mais relevantes é, neste caso, menos complexa do que noutros. A montante do trabalho de campo, construiu-se uma tipologia de *stakeholders* em redor de um conjunto de categorias a partir das atividades praticadas na área e das instituições representadas naquele contexto (pesca profissional, pesca lúdica, mariscagem, atividades turísticas e autoridades locais, regionais e nacionais).

Representantes de todos estes grupos foram sendo convocados para diferentes momentos de participação coletiva (Novembro de 2015, Junho de 2016 e Janeiro de 2017) e procurou-se, com recurso a sugestões dos próprios, alargar a lista de *stakeholders*. Nos momentos de participação coletiva foi possível compilar uma lista daquilo que os diferentes interlocutores consideram serem os principais aspetos positivos e negativos e quais as perspectivas de futuro que têm para a ZPE. Porém, em entrevistas individuais e em profundidade, pretendia-se captar a complexidade e as contradições que emergem neste quadro em que inevitavelmente há uma disputa de recursos mais ou menos latente (Reed et al., 2009). Importa sublinhar aqui a natureza dual desta alínea do projeto que pretende simultaneamente analisar a perceção das oportunidades e constrangimentos e também promover a participação e identificação com o projeto, ajudando assim a dissipar eventuais resistências e valorizando os aspetos positivos do alargamento da ZPE e do seu Plano de Gestão. Esta dupla hermenêutica torna o processo bastante mais interessante, mas também de análise bastante mais complexa.

As boas práticas na gestão do território cada vez mais recomendam a substituição dos modelos de governança *top-down* por outros que sejam capazes de incorporar o conhecimento, a sensibilidade e as aspirações daqueles que são mais diretamente afetados (Dovers et al., 2015). No entanto, há também o perigo dos modelos de gestão colaborativa servirem a cooptação de interesses (Yvonne & Pennington, 2000) e a legitimação de medidas que decorrem de sistemas de decisão hierárquicos e verticais (Turnhout, 2010).

Com as entrevistas pretendeu-se, portanto, não apenas ajudar a desocultar as representações dos diferentes *stakeholders*, mas também monitorizar o próprio sucesso da estratégia de participação pública enquanto mecanismo promotor de um modelo de gestão colaborativa, mais democrático e passível de gerar menor resistência perante a eventualidade de medidas potencialmente restritivas (Turnhout, 2010).

2. Para uma tipologia de *stakeholders*

Partindo da premissa de que uma análise de *stakeholders* pressupõe a definição de aspetos sociais e fenómenos naturais afetados por ações; identifica indivíduos, grupos e organizações que são afetados ou que podem afetar esses fenómenos e que lhes confere um papel substantivo nos processos de decisão (Reed et al., 2009), esta tarefa obriga a que não apenas se identifiquem os atores que condicionam ou são condicionados pela ZPE e o seu

Plano de Gestão, mas também que se pondere a sua real capacidade de influenciar as tomadas de decisão.

Embora numa fase inicial do Projeto se tenha ponderado seguir uma tipologia orientada por um “diagrama em arco-íris” onde os diferentes *stakeholders* são categorizados em função da natureza e intensidade das relações que estabelecem com o objeto (Chevalier & Buckles, 2008), à medida que a pesquisa foi evoluindo, a teia das relações pessoais e institucionais dos diferentes atores foi-se revelando tão complexa que se optou por abraçar a subjetividade da posição de cada interlocutor numa teia de relações. Alternativamente ponderou-se ainda uma categorização tendo em conta apenas a profissão, a atividade exercida, ou até o tipo de relação que estabelecem com outros *stakeholders* e com o objeto. Mas uma das mais relevantes conclusões que emergem desta pesquisa prende-se precisamente com a fluidez destas relações. Muitos pescadores são, por exemplo, também operadores turísticos e alguns representantes de organizações coletivas e desenvolvem atividades em áreas potencialmente conflitantes. Procurou-se portanto incorporar na análise não uma visão espartilhada por uma categoria aprioristicamente definida, mas inversamente incluir a ideia de “conhecimento situado” de Haraway (1988). Mesmo que o mapeamento dos entrevistados tenha seguido as grandes categorias definidas *a priori*, na análise dos resultados revelou-se mais prudente não limitar cada interlocutor a uma categoria *ideal-típica* em sentido weberiano. Na impossibilidade de entrevistar todos os atores com alguma ligação ao objeto, recorreram-se a interlocutores que formal ou informalmente se pensou que podiam representar coletivos de interesses. Porém, para mitigar o risco de sub-representação de atores que não se revejam nas posições daqueles que teoricamente os representam ou mesmo para tentar incluir *stakeholders* que, pela sua posição de menor capital social, pudessem ser omissos, incluíram-se na lista entrevistados potencialmente redundantes ou com ligação mais indireta ao objeto (Reed et al., 2009).

É importante reconhecer que emerge das próprias entrevistas que a importância do arquipélago, quer na sua dimensão económica, quer identitária e cultural, ultrapassa os limites daqueles que física ou juridicamente interagem rotineiramente com aquele espaço. No entanto, o foco desta análise restringiu-se a estes últimos, deixando de fora os que, em Peniche ou até noutras regiões, se ligam em rede a esta realidade. Ficou, portanto, por aprofundar “a força dos laços fracos” a que Granovetter aludiu (1973).

3. A recolha dos dados

A discrepância entre as práticas e os comportamentos descritos aos investigadores está bem documentada (Grimble, 1998) e a aferição desse desajuste pode ser feito nomeadamente através de depoimentos cruzados e de observação direta. O elemento central desta pesquisa foram as entrevistas semi-estruturadas em profundidade, no entanto, em retrospectiva, o trabalho de observação, mesmo limitado a muito poucos dias, revelou-se um elemento adicional bastante relevante.

Atendendo ao perfil diversificado dos entrevistados e à sensibilidade de alguns dos temas seguiu-se um guião de entrevista muito flexível (ver guião em anexo). As entrevistas deste tipo têm sido descritas como “conversas com um objetivo” (Webb & Webb, 1932). Estas entrevistas que favorecem a interatividade e conjugam estrutura e flexibilidade (Legard et al., 2003) permitem contribuir para o esbatimento do efeito da adequabilidade de respostas descrito como especialmente relevante quando o tema é o ambiente e a ecologia (Ewert & Galloway, 2009; Milfont, 2009).

No âmbito de um objeto como a ZPE das Berlengas e o seu Plano de Gestão, exige necessariamente investimento no controlo desta variável. Um dos elementos desta estratégia consiste no perfil do entrevistador. Pelo facto das entrevistas serem conduzidas por um investigador com formação em sociologia do CICS.NOVA, , que não surge à partida conotado com uma esfera de interesse (*stake*) especificamente centrada num dos pilares na origem da classificação da ZPE – a conservação das aves e dos seus habitats- pretendeu-se que fosse percecionado como mais equidistante dos valores potencialmente em disputa.

Com o objetivo de contribuir também para não condicionar as respostas com posturas normativas aprioristicamente definidas, as perguntas foram predominantemente abertas e a entrevista foi organizada em redor de três eixos:

- Caracterização do entrevistado na sua componente biográfica e pessoal no que respeita à relação com o objeto.
- Caracterização da relação do entrevistado com a instituição que representa, e a relação desta com o objeto e com os restantes *stakeholders*.
- Perceção do entrevistado e do coletivo que eventualmente representa do processo de participação pública para elaboração e implementação do Plano de Gestão da ZPE.

Realizaram-se 19 entrevistas que foram gravadas e transcritas. O registo digital totaliza 12 horas, 12 minutos e 35 segundos, sendo a duração média das entrevistas 38 minutos e 34 segundos, com um máximo de 1 hora 13 minutos e 15 segundos e um mínimo de 21 minutos e

10 segundos. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente e, sempre que possível, no local de trabalho dos entrevistados ou noutra sugerido pelos mesmos.

A ordem pela qual foram realizadas as entrevistas também teve a preocupação de alternar áreas diversificadas permitindo assim que questões que inicialmente não tinham sido previstas pudessem ser incorporadas em entrevistas sucessivas colocando assim em diálogo visões distintas das mesmas questões. Finalmente, importa referir que algumas entrevistas se prolongaram bastante depois de desligado o gravador abrindo isso espaço para declarações “*off the record*” que em alguns casos complexificam bastante o posicionamento dos entrevistados face a questões potencialmente delicadas. Este material, na observância dos pressupostos deontológicos que estas metodologias implicam, não foi diretamente vertido para este relatório, mas indiretamente permitiu compreender melhor o posicionamento de vários entrevistados relativamente a algumas questões e contribuiu para o aprofundamento de determinados assuntos em entrevistas posteriores.

Há um longo debate sobre o número ideal de entrevistas em pesquisas qualitativas (Baker et al., 2012). Neste caso, esse número resultou da articulação entre os recursos disponíveis com o “princípio da saturação”, tipicamente descrito como um processo em que o investigador prossegue com a recolha de dados até que entradas adicionais deixem consistentemente de acrescentar informação relevante (Glaser & Strauss, 1967).

As passagens das entrevistas transcritas neste relatório foram editadas por forma a tornar a sua leitura mais fluida, eliminando, por exemplo, palavras repetidas ou corrigindo erros de gramática ou de concordância, mas tendo sempre a preocupação de não alterar o seu sentido. Optou-se por manter o anonimato dos entrevistados, exceto nos casos de representantes de órgãos públicos ou quando a citação perdia a pertinência quando não associada à pessoa que a proferiu. O número no final de cada transcrição remete para cada uma das entrevistas, sendo portanto possível distinguir citações de pessoas diferentes a propósito das mesmas questões.

4. Atividades económicas e relações entre pares

Olhando de forma esquemática e redutora para o arquipélago das Berlengas há vários eixos que dividem os diferentes *stakeholders*. Há os que legislam, fiscalizam e gerem e que incluem a Marinha, a Capitania, a GNR, a Autarquia e o ICNF e os que exercem atividades relacionadas com a pesca ou com o turismo. Se atendermos ao número de pessoas envolvidas ou à economia, estas duas últimas são as de maior relevo. No caso do turismo, esta pesquisa

focou-se apenas na oferta, já que a procura foi abordada em detalhe a propósito da visitação. Relativamente à pesca, a quantificação é ainda mais complexa porque se é relativamente simples identificar todos os pescadores a quem a Câmara aluga uma pequena habitação no Bairro dos Pescadores na Berlenga (e que são 11), mais difícil é saber exatamente quantos e quais é que operando a partir de Peniche, pescam com regularidade no arquipélago. De acordo com os próprios, são cerca de 30 a 40 embarcações. Curiosamente o número de licenças de mariscagem no arquipélago é idêntico. Embora não exista informação detalhada sobre os volumes de pescado capturado na ZPE, nesta pesquisa o grupo de pescadores que mereceu maior atenção foi o dos que possuem uma habitação temporária na ilha, já que estes têm uma relação de maior proximidade com a área terrestre da Reserva e com as instituições que a tutelam.

5. Pesca

É impossível pensar os desafios que se colocam à gestão da Berlenga sem atender à sua história recente. Dos pescadores que em 1981 aquando da criação da Reserva utilizavam a ilha, não só já não resta nenhum no ativo, como aqueles que atualmente lá operam e usufruem do bairro não têm com eles relações de parentesco ou de continuidade. Hoje, o pescador mais antigo na ilha e que usufrui de uma das casas arrendadas pela autarquia opera profissionalmente na área apenas a partir de 2005. Atualmente, das 14 casas disponíveis no bairro, 11 encontram-se entregues a pescadores que se tornaram profissionais apenas depois disso. Essa é, aliás, uma característica recorrente: a maioria dos pescadores antes de se tornarem profissionais já fazia pesca lúdica e desportiva.

“Como era viciado com a pesca, era lúdico e federado e andava aí nas competições... Eu tinha uma empresa de pintura, então disse, pera lá, vou mandar fazer um barco... E foi. Mandei fazer uma lanchita profissional.” (Pescador 1)

O fluxo da pesca lúdica para a pesca profissional não é linear nem unívoco e esse não é naturalmente um quadro que se limite à realidade da Berlenga ou de Peniche. No entanto, aqui surgem recorrentemente nas entrevistas aos pescadores profissionais referências a irregularidades dos pescadores lúdicos, quer no que toca à venda de pescado fora lota, quer no incumprimento dos limites impostos na lei. Vale a pena referir que os próprios reportam que

eles mesmos cometeram estas irregularidades antes de se tornarem profissionais e que esta transição se fez inclusivamente pelo desejo de exercer a atividade de forma regular.

“Aquilo que eu me sinto confortável é poder apanhar o peixe todo que eu quiser, e poder vendê-lo legalmente, isso é que eu me sinto confortável.” (Pescador 1)

Mas ainda antes de nos debruçarmos sobre as relações entre os diferentes pescadores, é interessante recuperar aquilo que os percursos dos entrevistados ilustram e que em boa medida dá conta de que os protagonistas desta atividade não a exercem por determinismo social ou por falta de alternativas. A conjuntura económica recessiva no final da primeira década do milénio é referida recorrentemente como tendo sido um incentivo à procura de alternativas que, em vários casos, ajudou a explicar a conversão de uma atividade lúdica em profissional.

“Eu fui tatuador durante 14 anos... Quando as coisas nas tatuagens também não estavam a correr muito bem, aaaa... não por falta de coisa, que eu até tatuava mais ou menos bem, mas estava um bocado saturado das pessoas e estava um bocado saturado do ambiente... Pá, dediquei-me à pesca. Dediquei-me à pesca e comecei a trabalhar aqui na Berlenga. Alguns que tinham alguns barcos lúdicos tentaram vender algum peixe à socapa, e outros que não tinham barcos lúdicos tentaram fazer pesca profissional. Meterem-se na pesca profissional, por isso é que nós éramos 6 pescadores e neste momento as casas estão todas ocupadas e há mais pessoas para virem para aqui porquê? Devido à crise económica as pessoas optaram por um sistema de pesca.” (Pescador 3)

“Tinha uma empresa que era pintura e construção civil, mas era viciado em pesca e venho para aqui a dizer: não, eu vou conseguir!” (Pescador 1)

“Trabalhava numa firma que é a Rip Curl Portugal e era responsável pelo armazém, por toda a parte da expedição, desde receber mercadorias, expedir, tratar do serviço de pós-venda, essa história toda... Já pescava lúdico. Profissionalmente, acabei o curso (de Marinheiro Pescador), surgiu uma, uma oportunidade, eu sempre estive ligado ao mar e pratico bodyboard desde os 10 anos, 11 anos. A ligação ao mar sempre existiu, desde que nasci... O clique foi passar de um emprego em que tinha estagnado durante 11 anos... e o gosto pela pesca fez-me pensar “é pá!”, surgiu-me também a oportunidade de vir andar para o mar, e vim. Quando eu venho para cá havia 5 embarcações, 5 a fazer este tipo de pesca, e repara bem, hoje, 6 anos depois são 38.” (Pescador 2)

“Esta história das lanchas na Berlenga, vamos lá a pensar na questão social: há 15 anos atrás havia 5 ou 6, não havia 30. Porque de repente toda a gente perdeu empregos por qualquer coisa, sacou de uma lancha e foi pescar para a Berlenga. Já não há nenhum velho, são todos novos, não me venham

com a questão social, isto é um negócio. Um grande negócio os gajos tiram dinheiro que se farta dali. Isto é um negócio puro e duro que está aqui feito e é uma coisa recente.” (Centro de Mergulho)

Efetivamente a perceção generalizada de que os próprios pescadores partilham é que a pesca é hoje um negócio bastante rentável.

“Aquela pequena pesca sempre mexeu com algum dinheiro. Eu lembro-me que nos anos 80, no princípio dos anos 80, quando eu andava lá a fazer as contagens de aves marinhas, havia lá um pescador relativamente novo, porque eu apanhei ainda a geração anterior, havia um que era novo e era um indivíduo um bocado espalha brasas, via-se que era já de outra geração, ele tinha um barco com uns motores Yamaha, havia uns de querosene... E o indivíduo “não há material que seja caro, e tal” porque via-se que tinham dinheiro e mexia ali com dinheiro que não tinha nada que ver com ordenados de função pública.” (Antigo Diretor da Reserva)

“O negócio é sustentável. Tem que se fazer por isso, tem que se trabalhar muito, sujeitar às vezes a adversidades causadas pela intempérie e um gajo tem que se abstrair disso tudo, tem que abstrair e sujeitar...” (Pescador 2)

“Tenho 5 pessoas a trabalhar comigo. Porque é que não saem de cá? Se tiveres uma empresa que te dá 10€, se tiveres uma que te dá 100 a fazeres a mesma coisa, qual é a empresa que vais? Então, se não saem daqui é porque estão bem. Ganhamos bem, trabalhamos muito...” (Pescador 1)

“A lota de Peniche vendeu o ano passado à volta de 30 milhões de euros.” (Diretora de Lotas e Portos de Pesca do Centro)

Mas esta ideia, não sendo imune ao facto de haver a perceção de que os recursos marinhos são limitados, contribui para que se instale um quadro de competição e disputa. No caso da Berlenga em particular a situação é bastante complexa porque a somar à eventual disputa pelos recursos marinhos se adiciona não apenas uma questão logística do espaço na ilha, mas também valores intangíveis e identitários.

“Tu podes ter uma embarcação igual à minha, mas estás a trabalhar em Peniche, não pertences aqui a este ramo, não pertences aqui a esta elite da pesca.” (Pescador 1)

A Berlenga é também um farol em termos culturais, em termos de turismo, em termos de região. Agora a questão da utilização dos recursos da pesca; é assim, há uma utilização piscatória daquele mar desde os tempos da nossa primeira dinastia, portanto são os primeiros registados e provavelmente hão-de ser os últimos, agora as coisas vão evoluindo, as pessoas vão evoluindo, as

técnicas vão evoluindo e nós, em termos dos chamados direitos adquiridos, temos de ter muito cuidado porque senão estamos como os esquimós a caçar com armas de mira telescópica com aquelas motos de neve, etc. Portanto há uma utilização piscatória que digamos, tem espaço no arquipélago e que tem espaço no conceito de área marinha protegida. Acho é que tem de haver regras e (a pesca) não pode ser vista com sofreguidão, com clandestinidade e com falta de conhecimento científico, e isso, infelizmente, tem sido a prática. É fundamental ali é as pessoas perceberem que aquilo é uma área que congrega não só interesses de dia-a-dia, mas tem um valor cultural, identitário, muito importante, e isso implica que haja limites e as pessoas todas percebem isso, e depois é preciso fazer um discurso evoluído e é preciso que o tecido económico seja estabelecido em torno destes operadores e não em termos daquelas coisas que são massificadoras e são de baixo nível.” (Antigo Diretor da Reserva)

A perceção dos pescadores que os dados da Docapesca não parecem contrariar é que mesmo a nível de mercado o pescado daquelas águas tende a ser mais valorizado desde logo porque mesmo perante as mesmas espécies o pescado capturado à linha chega tipicamente à lota em condições superiores às do pescado capturado com recurso a outras artes. A Diretora da Docapesca de Peniche colocou a questão de forma muito simples: “Enquanto as redes privilegiam o volume, a pesca à linha privilegia a qualidade”. Os números exatos sobre os volumes de pescado capturados na Berlenga e com recurso à cana ou ao palangre são desconhecidos, já que uma grande parte dos barcos que descarrega pescado na lota de Peniche está licenciado para diversas artes e porque, apesar de existir um zonamento das áreas de captura, este não discrimina as águas daquele arquipélago.

Se a bibliografia sobre conflitos entre atividades económicas e a gestão de áreas protegidas tende a destacar aqueles que opõem as comunidades locais às entidades que tutelam essas áreas (von Ruschkowski, 2010), no caso da Reserva das Berlengas, esta pesquisa levanta a possibilidade de que os conflitos entre os que desenvolvem atividades económicas naquele contexto poderem ser tão ou mais significativos do que os que decorrem de medidas de gestão potencialmente restritivas.

Ainda que aquilo que aqui se pretende analisar seja a perceção face à ZPE, para uma parte importante dos entrevistados as medidas previstas neste plano parecem fazer parte de um pacote genérico que inclui todas as restrições que decorram indiferentemente da legislação Nacional, do Estatuto da área protegida e do seu Plano de Ordenamento ou da ZPE propriamente dita. Embora isso torne mais difícil de destringir a eventual resistência ou concordância com diferentes momentos de delimitação institucional da área, uma análise do Plano de Gestão da ZPE revela que, de fato, este também não prevê muitas restrições. Em 2012, a propósito do facto do alargamento da ZPE ter sido politicamente reduzido a metade do

que a proposta técnica sugeria, a SPEA em comunicado dizia “a designação de uma zona como ZPE marinha não implica qualquer mudança nos usos económicos (pescas, turismo, energia, etc.) que possam existir na área”. Nesse sentido também, uma das técnicas do ICNF que trabalhou nesse processo diz aliás o seguinte:

“A verdade é que até agora é que não se sentiu a necessidade de impor restrições, designadamente à pesca ou noutras atividades, naquela área. Não se identificou a necessidade, ainda não está fundamentado que, por exemplo, a pesca tem um impacto significativo sobre as aves marinhas. Nós na altura, inclusive durante a elaboração do Plano de Gestão, não se conseguiu fundamentar esse impacto. Ainda não havia dados, estava tudo muito incipiente, portanto nós nunca fomos para as entidades dizer “vamos proibir isto ou aquilo”. Não, foi muito aberto, e o Plano de Gestão mostra isso, ainda estamos a recolher informação, era interessante fazer algo piloto sobre a minimização, mas que no fundo o LIFE da Berlenga vem no fundo dar essa resposta.” (Técnica do ICNF)

Curiosamente, do outro lado a única queixa remete precisamente para o Estatuto da Reserva a partir de 1981.

“Esta Reserva que está aí foi assinada por mim, e outros como eu, mas a gente não devia ter assinado nada. A Reserva foi feita no dia 3 de Setembro de 1981. O Lecoq, fomos todos para ali assinar a Reserva, eu, o Felismino que já se foi embora, o meu cunhado Zé Palé que já se foi embora, a malta toda estava aqui... Ele chamou ali a gente, abriu ali o livro, falou, falou, falou... Explicou. Não havia ordem de apanhar nem uma lapa, nem um percebe, nem um ouriço, nadinha. Às vezes um gajo precisava de tomar um copo ou isso assim com uns percebes e tal e a gente tínhamos medo. Deram licenças a outros depois para apanharem e à gente nunca deixaram a gente apanhar um percebe aqui.” (Pescador 10)

Na atualidade, apesar desta ideia de que deveria ser autorizada a apanha de marisco para consumo aparecer recorrentemente nas entrevistas, de uma forma geral a nova geração de pescadores que trabalha na Berlenga não parece considerar as restrições à pesca penalizadoras da atividade. É feita uma referência à interdição de pesca no Ilhéu Maldito, que é relevante não por este local ser particularmente desejado pelos pescadores, mas pelo facto de que interdição estar prevista para salvaguardar uma população de Airos que já não existe. Os pescadores dizem, portanto, que a interdição deveria ser levantada e citam este facto como uma descolagem entre as regras e a realidade. Em sentido contrário ao que muitas vezes surge expresso na bibliografia, aquilo que vários pescadores lamentam é que a Reserva não imponha regras mais restritivas a outras artes ou que a vigilância não seja mais eficiente no sentido de prevenir as infrações.

“Antigamente você ia para a praia ia pescar com a cana de pesca e não precisava de licença nenhuma. Você ia apanhar uns mexilhões às marés vazias e não precisava de nada, o meu amigo hoje para fazer qualquer brincadeira, o meu amigo precisa de uma licença. Para quê? Para encher os cofres do Estado.” (Dirigente de Cooperativa de Pesca)

“Para os pescadores não há vantagens nem desvantagens (no alargamento da ZPE) porque até hoje nada limitou a atividade em si.” (Dirigente de Cooperativa de Pesca)

“Não há problemas nenhuns entre a Reserva... Existiram uns problemas no início, em 1981, quando a Reserva se veio instaurar aqui, mas isso é normal, as pessoas não estavam sensibilizadas para o problema, não estavam sensibilizadas para o facto de não poderem fazer isto ou aquilo, nem fazerem tudo aquilo que quisessem ou lhes apetecia. Neste momento acho que a Reserva é uma mais-valia para quem está aqui. Para os pescadores pelo menos acho que é uma mais-valia. A Reserva tem que ter um peso grande, tem que ter um peso grande no aqui na manutenção da ilha, acho que a Reserva até, na minha opinião, a Reserva até devia ter muito mais autoridade... Para mim a Reserva neste momento não tem autoridade absolutamente nenhuma... A Reserva neste momento são vigilantes que não são vistos como uma autoridade marítima... Eu acho que a reserva devia ter um estatuto praticamente parecido com um Guarda Florestal, devia chegar aqui sim senhor «você está a fazer isto mal... é pá, você vai ser autuado» não tem que estar agora a pedir à capitania ou a este ou aquele que, o vá autuar, não é? Passa o auto e depois então... Não, isso não tem cabimento nenhum, acho que a Reserva neste momento devia ser uma autoridade. Uma autoridade acreditada, tal como a polícia. Se a Reserva se fosse embora daqui para fora tenho a certeza absoluta se dissessem assim; olha a partir de agora a Berlenga e os Farilhões deixam de ser Reserva, é pá, isto era completamente invadido com redes de pesca e não sei quê, rebentavam com a ilha num instante. A nível marítimo, rebentavam com isto tudo, e atenção que quando falamos que rebentavam com isto tudo, não estamos a falar só no peixe, porque realmente há coisas muito mais importante que o peixe debaixo de água, toda a gente sabe isso, há algas super importantes, há aquelas esponjas super importantes que sei que houve uns estudos há uns anos por causa de umas esponjas que houve aqui que se encontraram só na zona da Reserva da Berlenga, tudo isso é importantíssimo, a gente não pode pensar que é só o peixe... Imagine os arrastões a passar aqui, imagine as redes de emalhar a ficar aí, imagine os pássaros a morrer, é complicado...” (Pescador 3)

O que a preocupação deste pescador põe em evidência são os interesses potencialmente conflitantes entre a pesca profissional à linha, a pesca lúdica irregular e a pesca que recorre a outras artes, consideradas pelos pescadores da Berlenga como não seletivas, mais predatórias e, por isso mesmo, muito diferentes da que praticam e que consideram sustentável.

“Quando eu tinha o semi-rígido *escafuam-me* daqui para fora, não podia estar à pesca ao pé deles, mandavam-me embora mesmo “vai-te embora daqui, vai-te embora... Quando eu tive licença de pesca, já não podiam falar, enquanto eu não tive licença de pesca, *escafuam-me...*” (Pescador 6).

“Há dias chamei a Polícia Marítima, foi a primeira vez que fiz isso. Eu tinha apanhado 80 e poucos kg de dourada, estava eu e um homem dentro do barco. Houve um lúdico, um não, vários, que estavam ao meu lado, com 3 e 4 homens mas estavam a apanhar bem mais do que eu porque eram 4, e quando eu chamei a Polícia Marítima, foi a primeira vez que falei alguma coisa disto, fui lá à polícia... Alguém que respeitou os 20Kg?” (Pescador 1).

“Havia de ser proibido tudo. Só pesca à linha com canas.” (Pescador 6).

“A pesca que nós praticamos não tem a meu ver, não tem impacto ambiental. Nós pescamos um peixe a um peixe. É muito seletiva, é a mais seletiva de todas. Para mim as artes de pesca que criam grandes problemas são artes de pesca passivas” (Pescador 2).

“Quem arreventou com os airos foi as redes alvoradas. Mas isso é proibido. Na altura em que eu andei na Nazaré a tirar a cédula, cheguei a ver, que não havia controlo, a ver eles a levar aquilo para comer, os airos enfiados nos dedos aos 4 e aos 5. Levavam para casa para comer.” (Pescador 16)

“O que é que acontece no arrasto? Vai tudo destruído, parte os fundos todos, anda ali a lavrar. O arrasto é uma arte destrutiva, devia desaparecer.” (Pescador 2).

“Nós não temos Ministros capazes de ver essas coisas, ou não sabem, ou não querem saber. Porque eu vou-te explicar: qual é a razão que eles proibem por exemplo apanhar a raia agora o mês de maio e o mês de junho? Está na desova. O tamboril também proibem, acho que é dezembro, janeiro e fevereiro, salvo erro, ou dezembro e janeiro, que também está na desova. Porque é que não proibem o robalo de apanha-lo em dezembro, janeiro, fevereiro e março? Que é a altura da desova, a força do robalo para desovar? Porquê? Eu pergunto a eles porquê? Se matarem os filhos, como é que os filhos vêm à vante? Explica-me... Dantes havia muito peixe porque eram meia dúzia de pescadores e não tinham a arte que a gente tem... E outra: vinham para o mar e em fins de outubro paravam... Só vinham para o mar em março. Eram 6 meses de defeso... Desovava tudo. Agora não, vai tudo ao mar... Ainda íamos a tempo “parem nas alturas da desova do peixe, parem... não matem os filhos, caraças”. E os Ministros haviam de dizer assim: “peixe tal: de mês tal a mês tal é proibido apanhar” eles têm que saber cara... Se eles são Ministros das pescas, têm de saber. A gente a dourada, eu sei qual é o mês que a dourada desova, é novembro. novembro é o forte, portanto outubro, novembro e dezembro, ninguém apanhava douradas, quando vem janeiro as douradas que vêm, aquelas que escapam, que a gente já não as apanha, já vêm todas espalmadinhas, já não traz ova nenhuma, prontos desovou, já podes apanha-la. Depois há-de vir as filhas, estás a perceber? Mas é que ano para ano, nota-se também, e a gente somos praticamente só quem apanha praticamente douradas à linha, mas o que é, somos muitas lanchas, mesmo

só a apanhar 25, 30kg cada lancha, é muito peixe e não parece agora... Mas antes era setentas, oitentas, 100kg e depois não foi só nós... Foi as traineiras, houve muitas traineiras também a apanhar... Este ano, eu não sei se alguém soube, na lota de Peniche, de janeiro até março, coisa que não se devia, apanharam-se 100 toneladas de robalo com ova, agora imagina quantos milhões de ovas se matou... Quantos milhões de robalos se mataram e esses robalos vão fazer falta para o ano, e ninguém põe mão nisto.” (Pescador 6).

“Na Reserva toda a gente sabe que se pesca com artes que não se pode. Toda a gente sabe isso. É um dado adquirido. Não se pode fazer arrasto, não se pode fazer redes de emalhar e tudo se faz. Há barcos que já foram apanhados mais do que uma vez com artes ilegais dentro da Reserva.” (Dirigente dos Amigos da Berlenga).

“Há bocado estávamos a falar ali que há zonas que a gente vai para a pesca e apanhamos uns peixes, estamos ali uns dias a apanhar uns peixes e de repente acaba-se tudo...Parece que é dia e depois de repente é noite. A malta desconfia que há aí barcos grandes que vêm aqui pôr artes ilegais. Podes frisar isto: se algum barco aqui esteja a cometer uma “gáfia” desses que a gente se aperceba, qualquer pescador daqui, esse barco vai ser perseguido até a Polícia Marítima chegar, mas vai ser uma coisa séria... Se houver um arrastão, um barco de redes de tresmalho que venha para aqui trabalhar ahhh... Eu largo palangre, que é meia dúzia de anzóis que largo em relação, é mesmo meia dúzia, não tem qualquer tipo de interferência para a biodiversidade que a ilha tem, para nada, não incomoda ninguém.” (Pescador 1).

No contexto deste trabalho não se entrevistaram os pescadores do arrasto, que em teoria não podem pescar dentro da ZPE. No entanto, um dirigente da Cooperativa dos Armadores de Pesca Artesanal de Peniche (CAPA) que também representa estes pescadores mostra um outro lado desta realidade.

“A nossa atividade em si não passa por essa gente, nós representamos pesca, e essa gente das Berlengas, eu quase que considero aquilo como uma pesca lúdica à mesma. Essa gente da Berlenga efetivamente porta-se mal, mas não me diz respeito, não quero saber. Eu não considero aquilo atividade. Enfim, é uma brincadeira de mau gosto, essa gente comporta-se efetivamente mal, mas as entidades fiscalizadoras têm todas as condições para os caçar. Só não os caçam se não quiserem. Esses do robalo com uma caninha, é lixo porque é uma pessoa, isso não é atividade nenhuma, devia ser proibido, não quero saber, não me diz respeito. Isso não desenvolve nem nada, não cria postos de trabalho, isso é uma coisa particular da pessoa praticamente.” (Dirigente de Cooperativa de Pesca).

Uma das evidências que emerge destas entrevistas é que nem sequer num contexto geograficamente restrito como nas águas do arquipélago das Berlengas se pode presumir que o sector da pesca pode ser representado apenas por uma organização ou por um conjunto

coerente de preocupações, desejos e aspirações. Se nas respostas acima transcritas os conflitos surgem predominantemente marcados pelo confronto de tipos de pesca diferente, mesmo entre pescadores que partilham as mesmas artes e o mesmo modelo de negócio, eles existem. Curiosamente, quando numa fase precoce das entrevistas se indaga sobre a natureza das relações entre os diferentes atores, embora as respostas manifestem algumas ambiguidades e inconsistências, elas não deixavam antever a prevalência dos conflitos que depois se revelaram à medida que a entrevistas se desenvolvem. Esta discrepância sugere que há um desejo de projetar para o exterior uma imagem de unidade que parece altamente precária.

“Neste momento estamos a passar por um momento de tréguas, a nível de pescadores, porque já se sabe, há sempre umas quezílias entre os pescadores... Os conflitos existem sempre entre pescadores, tanto aqui como na China, como nos Estados Unidos, é tudo igual, e neste momento estamos aqui a atravessar um período bom.” (Pescador 3).

“Ali quem manda são os pescadores, a comissão dos pescadores porque a Câmara está toda engatada com eles, aquilo é peixe para uns, peixe para outros, está tudo engatado. Aquilo é uma máfia que está ali. Fizeram ali um grupo. Dantes falavam mal dos pescadores de lá. Não sei se alguma vez ouviste comentários que os pescadores antigos que eram rudes uns para os outros e não sei quê... Está pior agora. Eles agora dão-se todos muito bem uns com os outros, fizeram lá às pazes. No fim do Verão vais ver quantos é que se falam.” (Mariscador).

Se as relações entre os pescadores são conturbadas, as relações destes com outros *stakeholders* também se revelam por vezes conflituosas. Vale a pena recordar que, tal como dissemos logo no início deste relatório, há uma grande permeabilidade entre categorias. Há mariscadores que são também pescadores, e vice-versa, ou empresários do turismo que também fazem pesca profissional.

“Os pescadores e os mariscadores dão-se bem. Não têm atritos.”(Mariscador).

“Quando alguém pede fiscalização, não sabe o que está a dizer. A fiscalização é sempre suficiente, ou mais do que suficiente, apenas as pessoas devem todos cumprir as legislações em vigor. Se cada um de nós cumprir a legislação em vigor, não precisamos sequer de fiscalização. Os mariscadores ninguém cumpre.” (Dirigente de Cooperativa de Pesca).

“Quando eles estão ao percebe, não há peixe... O barulho. Basta engatar avante e à ré para sair da pedra, tudo o que estiver ali à volta, o robalo não gosta disso. Aqui há dias disse a um (da marítimoturística) “largasses aqui mais perto o ferro, para fazeres mais barulho”... Eu já disse mais do que uma vez a eles: “você quando viram lá a gente no Broeiro, porque é a única pedra que nós trabalhamos, é irem mais para lá fazer barulho, os motores de vocês são 10 cv” (ironia)... Barcos enormes com motores

de 300, 400cv a gasóleo, se a gente estivesse a apanhar peixe... A mais de 50 metros, o peixe afunda todo, acabou-se.” (Pescador 6).

“Se tu fores falar com um pescador, o que diz é: ok, então nós temos imensas regras, vêm estes planos de ordenamento, vêm estes planos todos, nós temos imensas regras à pesca e depois vamos ver e a parte toda da lúdica pode fazer tudo o que quer. O mergulho pode fazer o que quer... Os pescadores vêm, nós temos imensas regras, eles não têm regras nenhuma? Isto descredibiliza completamente o processo, faz com que eles “então para que é que eu vou cumprir?” (PONG-Pesca).

6. Turismo

É interessante que aquilo que faz com que a visita da Berlenga se revele complexa é também aquilo que a torna especialmente atraente: o seu carácter remoto. A Berlenga já era um polo de atração turística antes de ser classificada reserva em 1981. Alguns entrevistados revelam que quando conheceram o arquipélago nos anos 60 ou 70 do século XX, que os campistas eram numerosos no planalto. O ordenamento do campismo foi aliás bastante eficaz já que imediatamente após a classificação da área protegida, esta atividade passou a ficar restrita à área designada para o efeito junto do Bairro dos Pescadores. Atualmente sabemos que a ilha pode receber anualmente mais de 75 000 visitantes e este volume coloca sérios desafios à gestão da área.

Para além da Viamar que assegura com o “Cabo Avelar Pessoa” o transporte regular de passageiros e mercadorias para a ilha, encontram-se atualmente licenciadas para operar na Berlenga 27 empresas marítimo-turísticas, sendo que algumas delas possuem várias embarcações. A lotação da totalidade das embarcações que estão autorizadas a fazer a travessia (excluindo, portanto, as lanchas de visita às grutas) é de 434 passageiros, mas quando a procura era grande, havia embarcações que chegavam a fazer 5 viagens num dia. Este ano (e já depois de realizadas as entrevistas), o ICNF limitou o número de viagens a três por dia. Apesar de as entrevistas revelarem tensões, por exemplo, entre pescadores e mariscadores ou entre estes e as atividades das empresas marítimo-turísticas, as tensões inter-grupos parecem menos severas do que intra-grupos. E isto não parece ser verdade exclusivamente para os pescadores. As empresas marítimo-turísticas que operam no arquipélago são, em teoria, representadas por uma associação. No entanto, ainda recentemente várias dessas empresas deixaram a associação por considerarem que esta não estava a cumprir o seu papel numa defesa justa e equitativa dos seus associados. À semelhança dos pescadores, que potencialmente competem pelo pescado, as empresas marítimo-turísticas competem por

clientes num quadro, onde toda a gente parece estar de acordo ser necessário definir regras e regulamentar uma capacidade de carga máxima, mas onde até agora isso não pôde ser concretizado, aparentemente por incapacidade de chegar a um valor consensual e à melhor forma de o controlar. A atual situação arrasta-se desde 2009. Os números mais recentes o que mostram é que em alturas de pico de afluência, o número de pessoas desembarcadas na ilha diariamente ultrapassa as 1000 e todos parecem estar de acordo que é um número excessivo.

“Há um barco aqui em Peniche que tem licença para fazer transporte: O Cabo Avelar. Mais nenhum tem licença para fazer transporte. Depois há barcos que são licenciados para fazer passeios e então o que supostamente que se passaria, e que supostamente agora se quer implementar outra vez é: leva as pessoas que vão dar o passeio na ilha, estão lá à espera e quando elas acabam trá-las de volta. É essa a filosofia que se pensou que seria a filosofia vigente, só que o que se está a passar não é isso, os barcos saiam daqui às 9 da manhã largavam, vinham buscar mais... Passavam o dia para trás e para a frente a fazer piscinas e a certa altura um barco que tinha levado 12, pelo menos já teria lá 36 e depois então começava a fazer viagens de volta a trazer.” (Centro de Mergulho).

“Como é que a Reserva, uma entidade que sabe que a lei das pessoas aqui da ilha era 350, porque é que licenciaram? Foi contra a lei, não as podiam licenciar... Agora se as licenciaram, essas empresas sobrevivem basicamente do excesso de pessoas que há nesse período.” (Operador turístico 5).

“Tudo começou com o aparecimento da associação das marítimo-turísticas. Porque os barcos de pesca não tinham onde vender os seus bilhetes, e então não se aventuravam. A partir do momento em que tiveram uma associação, que tinha realmente um gabinete de venda de bilhetes, eles passaram a poder ir à Berlenga e a ter quem vendesse os bilhetes. Nós saímos. Saíram as 3 empresas maiores de ida à Berlenga. A associação, a força que os movia e que lhes dava votos, tinha a ver com as empresas que tinham barcos de pesca e que não tinham onde vender bilhetes. Nós como tínhamos todos escritórios de venda de bilhetes... Eu achava que era útil haver a associação, porque nós juntos tínhamos mais força para reivindicar coisas e sermos um grupo e assim, só que não estava bem gerida, aquilo é realmente de umas tantas pessoas e nós não tínhamos capacidade de reivindicação lá dentro.” (Operador turístico 17).

“Toda a gente fala muito na carga humana, de certeza já deparaste com esse problema e a carga humana é um problema de todos, mas o problema é só de uma pessoa, é da Reserva, não há cá dúvidas. Em 2009 a Reserva assumiu um compromisso, quando lança o Plano de Ordenamento, assumiu um compromisso que nos próximos 6 meses a carga humana seria definida. A Câmara é o primeiro, o principal órgão que impediu a definição da carga humana, foi a Câmara Municipal, para mim. Porque é assim, nós temos de ter uma carga humana, mas não podemos chegar e dizer: meus amigos, é esta. É pá, há uma coisa não é, estão ali investimentos de milhares. Milhares muito largos, e é assim se nós investimos, alguém nos autorizou a ir para lá, porque os operadores marítimo-turísticos não foram os patinhos feios que foram para lá só porque sim. Nós fomos com projetos, fomos autorizados, temos

pareceres, temos tudo. E não é agora de um momento para o outro acharmos, acharmos que vamos cortar tudo... Meus amigos, porque a Reserva nunca teve uma política muito correta em relação a isto. A Reserva de 2004 a 2009 deixou de emitir licenças. De 2009, quando sai o Plano de Ordenamento, até 2014, emitiu a quem quis. Em 2014 achou: vamos parar e não vamos emitir mais, ó pá... É assim, ou emite ou não emite, agora não vamos andar aqui no ora agora... Então? Mas estamos a brincar com coisas sérias? Como é que estamos? E depois em 2015, não é, vêm dizer: meus amigos, está lá muita gente. Pois está, mas todos sabemos que está, todos vemos que está, e nós melhor que ninguém. Nós, os operadores, sabemos melhor que ninguém que está lá gente a mais, não precisamos que ninguém nos venha dizer que está gente a mais na Berlenga. Meus amigos, porque é assim: vocês vêm à Berlenga uma semana durante o mês, portanto eu vejo melhor que ninguém as pessoas que lá estão. Agora é assim, podemos ter a coragem de assumir isso ou podemos não ter, que é diferente. Eu nunca tive problemas de coragem em assumir o que quer que fosse. A carga humana precisa urgentemente de sair... Eu digo isto há dois anos, há três anos, há quatro anos... Eu acho que para mexer na carga humana é preciso primeiramente a Reserva e a Câmara estarem de acordo... Acho que, isso é, não podem estar duas entidades voltadas de costas uma para a outra.” (Operador turístico 4).

“A questão da capacidade máxima, isso é uma questão que já tem sido levantada já há 10 anos que vem a ser levantada, isso é uma questão que nunca foi trabalhada, e é mal vista e não é estudada e nem as pessoas têm muito a noção, porque uns puxam para um lado, outros puxam para o outro e deve haver aqui um meio-termo que nunca foi feito. Da parte da Reserva toda a gente pensa que a ilha deve ser só para os animais e para as gaivotas, deve ser pró habitat, mas também se fosse só para eles, eles também não andavam cá a fazer nada e a própria reserva esquece-se que o dinheiro que eles ganham é pago da economia, e aqui há uma parte muito importante, portanto ao contrário daquilo que as pessoas pensam, as duas coisas devem ser conjugadas. A parte do turismo nunca foi controlada, foi sempre um turismo mal feito e é um turismo que faz falta, porque para as pessoas terem a noção do que é o turismo, aqui há cerca 40 ou 50 empresas que vivem diretamente do turismo. Essas 40 ou 50 empresas, vivem precisamente do excesso de pessoas que há nesse período de Agosto. Porque as empresas trabalham praticamente dois meses e têm despesas o ano inteiro, ao contrário daquilo que as pessoas pensam, e se não fosse excesso de período que há aqui, essas empresas não podiam laborar.” (Operador turístico 5)

A Berlenga, enquanto destino turístico, enfrenta um dilema semelhante ao de muitas outras regiões: procurar rentabilidade na massificação ou na diferenciação. O “Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho” distingue as Reservas dos Parques considerando que as primeiras devem ser consagradas a áreas que contenham “características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo”, e que não se encontrem habitadas de forma permanente ou significativa. A classificação de uma Reserva Natural “visa a proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado

período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação”. No mesmo Decreto-Lei define-se Parque Natural como uma área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.” A articulação entre a salvaguarda do património natural e a sustentabilidade das atividades económicas obriga a definição de opções estratégicas que no caso da Berlenga nem sempre parece clara.

“A Reserva, todos os princípios dos anos vem com o problema do Ministro que vai legislar, que vai assim, que vai assado, mas entretanto vai deixando passar. Eu acho que a Berlenga é muito bonita, deve ser visitada, devia haver uma organização diferente, quando ela está cheia demais não é tão bonita, mas não sei a forma... Neste momento deixaram crescer tanto as coisas. Eu penso que toda a gente olhou para o lado. Toda a gente disse todos os anos “vai haver uma legislação e mais não sei quê” Foi andando.” (Operador turístico 17)

“Eu tenho embarcação de tráfego local, que é uma embarcação de carreira regular que é o Cabo Avelar que leva uma capacidade X. Agora depois as outras embarcações que exercem uma atividade de passeios nas Berlengas em que definem um passeio, mas depois acaba por ser só transporte de pessoas de um lado para o outro, porque depois largam lá as pessoas e o passeio no meu entender devia ser: deixa, acompanha e regressa. Isso é que devia ser o passeio. Agora se o que realmente se publicita é uma ida e a vinda, e depois abandona-se lá as pessoas. Às tantas a capacidade de 600 pessoas passa para 3 ou 4 vezes a capacidade que supostamente existe. Agora a única forma de controlar é haver de facto um controlo efetivo de presenças na ilha sendo que as presenças na ilha devem ser controladas a montante, ou seja aqui. Tem de haver uma inscrição.” (Comandante local da Polícia Marítima de Peniche).

“Chegaram à conclusão que havia durante 15 dias uma sobrelotação na Berlenga. Também ouvimos dizer da Reserva que a ilha não tem sofrido alterações negativas pelo conjunto de pessoas que vai à ilha. Para quê tanta guerra? Quinze dias?” (Operador turístico 17)

“Não há um valor que seja bom no abstrato (para a capacidade de carga)... Se são 10, se são 100, se são 1000, se são 4000 isso depende de muita coisa. Havia o discurso local de que o que é preciso é que o Governo, o Estado, crie condições para a visitação; isso tudo tem limites. O que interessa é nós sabermos, em conjunto, enquanto país, enquanto comunidade nós sabermos qual é o produto turístico que nós queremos vender, que produto turístico nós queremos vender aqui na Berlenga. A capacidade de carga é muito difícil porque mexe com dinheiro, mexe com interesses, mexe com votos. Havia um valor que estava definido em Lei só que toda a gente sabia que esse valor não era cumprido, e que nem sequer era muito realista, 350 pessoas, salvo erro, além dos que por norma tenham a sua residência habitual na ilha da Berlenga. Havia, já não me lembro, um decreto ou uma portaria que definia isso. Portanto, existia, só que de facto isso não era cumprido, e depois é assim: o Director da Reserva, estava a fazer de

palhaço, nesse processo, o Capitão de Porto, que era o representante da autoridade, também andava a fazer de palhaço no meio disso e a Câmara não podia concordar, mas também não podia discordar abertamente porque estava em legislação.” (Antigo Diretor da Reserva).

Os *stakeholders* defendem consistentemente que a necessidade de controlar o número de visitantes se prende fundamentalmente com a segurança no porto e na praia, com a capacidade das casas de banho, com os efluentes e os resíduos, com a energia e com a água potável.

“Defende-se a ideia de levar outro tipo de turista, que pague mais, que não queira lá ficar tanto tempo, mas a ilha também não tem condições para levarmos pessoas mais exigentes, porque não têm investido na Berlenga. Falta água, falta casas de banho. Ou mais casas de banho, ou mais vezes limpas. O lixo tem de ser mais vezes retirado da ilha, porque quando se chega à ilha, é uma ilha cheia de lixo que se vê.” (Operador turístico 17).

“Aqui o grande problema é o impacto que as pessoas causam em termos de produção de lixo e de resíduos.” (Ornitólogo).

“Estamos em 2017 e não há uma ETAR na Berlenga, não faz sentido nenhum. Quando aquilo começa a bombar está ali o esgoto aberto a sair. No momento da chegada ao carreiro do mosteiro o cheiro vem logo nesta altura do ano. É garantido. Não há uma ETAR, não há uma micro-ETAR, que não seria muito difícil.” (Centro de Mergulho).

“Aqui só há duas soluções, na minha opinião, e vou vincar isso, é minha, ou ampliam a questão das casas de banho e que haja condições para fazer isso tudo, ou reduzem o número de pessoas.” (Pescador 1).

“Eu acho que é inacreditável uma Reserva da Biosfera ter lá 15 ou 20 caixotes de lixo em exposição quando as pessoas chegam à Berlenga.” (Dirigente dos Amigos da Berlenga).

A jusante da definição de um valor coloca-se também a questão de saber como é que ele pode ser controlado. Tem estado em cima da mesa a hipótese de ser criada uma plataforma *online* acerca da qual ficou expresso um sentimento geral de desconfiança e desagrado.

“O processo que se estava a tentar arranjar o ano passado dos registos online, não é processo... Não é eficaz, não funciona perante nós operadores... Aquilo lá até pode funcionar, para nós operadores não funciona.” (Operador turístico 4).

“Criar uma plataforma *online* era a pior coisa que nos acontecia. A pior coisa. Porque nós nunca sabemos quem vem no dia, nós temos muita venda de bilhete na altura. As pessoas vêm a

Peniche, estão aqui, “olha hoje o dia nasceu com Sol, vou lá abaixo ver se há barco para a Berlenga”. (Operador turístico 17).

A resistência à monitorização e controlo da visitação através da obrigatoriedade de registar numa plataforma *online* os visitantes, parece decorrer fundamentalmente de dois fatores. Por um lado, pela preocupação de não comprometer as visitas que são feitas por impulso em cima do momento e por parte de pessoas sem acesso à internet. Por outro existe também a preocupação de assegurar que caso haja uma plataforma de reservas centralizada, que esta distribua de forma justa os inscritos pelas diferentes empresas. Qualquer uma destas preocupações parece tecnicamente simples de assegurar, se a plataforma não for carregada pelo cliente, mas pela própria empresa e em tempo real.

Com apenas uma exceção, todos os entrevistados defenderam que tanto a pesca como o turismo são atividades compatíveis com a preservação dos valores naturais que a Reserva se propõe assegurar. No entanto, estas posições não estão necessariamente ancoradas em visões da realidade coincidentes.

“A Berlenga está a morrer por baixo, não é por cima, as aves inclusivamente muitas estão a prosperar, os corvos-marinhos estão a prosperar. Os cardumes grandes, já foram, já desapareceram... Os cardumes grandes de robalos, cardumes grandes de douradas, isso já foi. Já foi há uns anos. Notou-se perfeitamente o declínio. Eu não vejo justificação nenhuma para se poder pescar na Reserva. Sobretudo peixe residente que procura abrigo e alimentação na Reserva.” (Centro de Mergulho).

“Eu acho que a convivência de uma certa quantidade de turismo com a preservação dos valores que ali estão é uma coisa completamente pacífica, o que acontece ali é que número de pessoas que ali está é que me parece claramente excessivo. A maior parte dos valores estão em zonas onde a maioria das pessoas não querem sequer ir.” (Ornitólogo).

“Hoje pesca-se mais do que antigamente. Hoje eu estou convencido de que há mais recursos no mar do que existia anteriormente, do que existia inclusivamente há 40 anos.” (Dirigente de Cooperativa de Pesca).

“Eu desde os 14 anos fui sempre pescador. Havia muito mais peixe, a gente apanhava aí carradas e carradas de robalos.” (Pescador 10).

“Cada vez há menos (pescado), cada vez há menos, e cada vez vai ser pior... Antigamente havia 1000 barcos, agora há 50, mas esses 50 têm 3 vezes mais arte que os outros 1000 barcos que tínhamos dantes. É isso que eles não sabem, ou não querem, ou não vêm.” (Pescador 6).

7 Relações institucionais

Se a natureza complexa, por vezes conflituosa até, das relações de pescadores com pescadores, de pescadores com operadores turísticos e entre operadores turísticos, é um elemento chave no maior ou menor sucesso de uma gestão articulada das atividades centradas na Reserva, não menos importante é o perfil das relações entre estes atores e as entidades de âmbito nacional ou regional com competências na área. Aqui a realidade é determinada não apenas pelo *design* institucional e pela moldura jurídica mas também pela capacidade de as aplicar e fazer cumprir de facto e de serem ou não entendidas como legítimas. Neste contexto, mais uma vez conjugam-se pressupostos de âmbito nacional, com as questões que resultam da partilha de competências em meios com dimensão marinha e terrestre com especificidades locais. No caso particular da Berlenga, a indefinição do Domínio Público Marítimo (DPM) parece alimentar incertezas e contribuir substantivamente para a opacidade das competências e responsabilidades nos processos de gestão daquela área. Ironicamente, esta preocupação é talvez aquela que reúne maior consenso entre todos os *stakeholders*.

“O problema da Reserva é que não está definido como “Domínio Público Marítimo” (DPM), ou seja, atualmente não existe na Reserva uma definição de DPM. O DPM advém de um domínio público desde a base alcantarilhada ou desde a arriba são 50 metros para dentro e se a gente for a aplicar isso, só o Farol é que não está no DPM. Todo o resto está no DPM. Toda a parte habitacional que existe ali está no DPM, e para ser desafeto do DPM, tem que haver uma desafetação do DPM de propriedade antes de 1854 quando foi determinado o DPM, ou seja tem de haver forais das pessoas, que neste momento, não existem. Há uma situação que se tem vindo a protelar, que no âmbito das reuniões já foi dado como orientação, que era necessário fazer uma topografia toda da ilha para definir de uma vez por todas o DPM, mas quando isso acontecer, toda a parte habitacional fica no DPM. Ali não há delimitação do DPM, não havendo, a Agência Portuguesa do Ambiente também não faz a gestão daquele espaço, não há um plano de gestão, porque na orla costeira existem. Era bom existir, porque onde é que terminam e onde é que acabam as competências das pessoas? Ali realmente as pessoas dizem “a competência é da Capitania” E eu digo, pois mas o Capitão de Porto é competente no DPM. No abstrato está definido, são 50 metros, aplica-se, mas em toda a outra costa há uma linha definida e depois chegamos à Berlenga e não existe. Se houver um processo de contraordenação, se alguém recorrer de um processo de contraordenação na Berlenga e disser assim “onde é que está a delimitação do DPM?” Não existe, portanto logo cai a contraordenação porque falta uma peça fundamental que é a definição de onde é que aquilo ocorreu. Portanto o Capitão do Porto faz uma atividade fiscalizadora mais exaustiva no espelho de água. E no espelho de água é um controlo das embarcações, da lotação das embarcações, agora é só no controlo da lotação das embarcações.” (Comandante local da Polícia Marítima de Peniche).

Se, como vemos na descrição do Comandante local da Polícia Marítima de Peniche, a delimitação das competências fiscalizadoras na ilha da Berlenga se reveste de particularidades que a tornam especialmente complexa, no “espelho de água”, embora não existam situações de indefinição jurídica, a sobreposição de competências, os meios disponíveis e a natureza da própria legislação fazem com que seja virtualmente impossível assegurar o seu cumprimento.

“Há uma sobreposição de competências na parte molhada, ou seja na parte do mar. Portanto você quando está a fazer pesca na Berlenga pode ser abordado por “Polícia Marítima”, porque está nas competências de fiscalização do espaço de jurisdição marítima, pode ser fiscalizado pela “Unidade de Controlo Costeiro” que também tem competências de fiscalização no espaço marítimo, e ainda pode ser fiscalizado pela “Marinha Portuguesa” que também tem na fiscalização da pesca também tem competências de agente fiscalizador. Na transação do pescado já é a Unidade de Controlo Costeiro. No âmbito das reuniões, tem-se chegado sempre à conclusão que há leis suficientes para a preservação do recurso marinho, segundo o que a DGRM atesta, e realmente há leis, agora fazer a fiscalização de todas as leis é que se torna difícil no âmbito de ter de estar presente em todos os locais ao mesmo tempo. Você só pode ter calada durante 24 horas. Ou seja ao fim de 24 horas ela tem de ser alada, mas nada impede que eu ale, tire o peixe, ou seja eu faço ale deste lado e daquele lado estou logo a calar, portanto eu para garantir que você esteve 25 horas sem mexer na rede, eu tinha de estar ao pé da sua rede 25 horas, não é? E dizer assim “Ó! 24 horas e 10 minutos” sim senhor, vou autuar este, porque estive lá 24 horas a garantir. Se não no processo ele vem dizer “Não Comandante, eu às 3 da manhã fui lá levantar a rede” e não há forma de saber isso, ou seja, porque há embarcações que têm obrigatoriamente de ter um sistema de localização, que são as embarcações de mais de 10 metros, Todas as embarcações pequenas, não se sabe onde é que andam, porque não têm AIS ou qualquer sistema de localização, eles podem dizer assim “Eu estou na posição 3924...” e não está nada, não há forma de saber, ou seja, os sistemas de vigilância não permitem, no radar vê-se uma porrada de ecos, a Unidade de Controlo Costeiro vê uns pontinhos, mas não consegue associar a embarcação ao pontinho, é muito difícil. A lei está feita que às vezes é difícil... A partir do momento que o navio atraca no cais, entra em lota e aí já é a Docapesca, que é a entidade que gere a lota. A DGRM também já tem competências para haver sanção se houver um ilícito na transação do pescado, bem como a unidade de controlo costeiro que é a entidade que localmente faz esse controlo.” (Comandante local da Polícia Marítima de Peniche).

Efetivamente a Docapesca gere a lota, mas a sua Diretora faz questão de delimitar bem as suas competências.

“A responsabilidade da Docapesca não é a nível de controlo nem de fiscalização. Se o peixe chega e é daquela embarcação, nós temos de pesar o peixe daquela embarcação. Se eles fazem essas trocas, desde o momento que o peixe que chegue está de acordo com aquilo que está licenciado para a embarcação para pesar, nós pesamos isso. De resto, o que eles fazem cá por fora, eu não me posso pronunciar sobre isso porque eu não tenho autoridade, não sou uma autoridade fiscalizadora. A

Docapesca no fundo é uma facilitadora aqui no processo.” (Diretora de Lotas e Portos de Pesca do Centro).

O problema é que o carácter difuso das competências e a impossibilidade de garantir uma fiscalização eficaz contribui para um sentimento de impunidade e para uma cultura de incumprimento que os próprios pescadores reconhecem.

“Primeira regra da ilha no Verão: Não há regras.” (Pescador 1).

“Não há fiscalização suficiente... Praticamente o que está a ser feito, ser assim ou ser quase “à vontade” era praticamente a mesma coisa, porque lembro-me do tempo em que não havia Reserva e a exploração (de percebe) era menos... Derivado ao sítio que fica um bocado longe.” (Operador turístico 5).

“Nós não somos polícias. Nós podemos avisar, podemos até contestar, podemos até chegar lá... Já houve situações até um bocado mais à frente que isto tudo, mais para a violência, mas perdemos a razão toda.” (Pescador 1).

No caso concreto da componente terrestre da Reserva e do relacionamento com o ICNF, o posicionamento dos entrevistados sugere que existe uma dissociação entre a identificação dos pressupostos de conservação que justificaram a classificação da área, o prestígio da instituição e as relações interpessoais. Aquilo que emerge da análise das entrevistas é um sentimento de unanimidade quanto ao estatuto de proteção da área reconhecendo inclusivamente que daí se retiram benefícios para as atividades que praticam, sejam elas a pesca ou o turismo. Por outro lado, a maioria dos entrevistados reporta relações afáveis, de amizade até, com os técnicos e vigilantes da Reserva. No entanto, há também referências que questionam a competência destes no assegurar da missão para que estão mandatados e sugestões de tratamento diferenciado tendo em conta, precisamente, a maior ou menor proximidade pessoal.

“Nos pescadores há uma certa amizade e há um companheirismo com a malta da Reserva. Não se vê aqui ninguém a criar conflitos com a malta da Reserva. Nós, se for preciso eles almoçam connosco e se for preciso, eles convidam-nos para jantar lá em cima, nós vamos, isso não tem problema absolutamente nenhum... Há uma certa entajada com a malta da Reserva e com a malta, com os pescadores. Eu dou-me bem, mas eu acredito nas ideias, acredito nas ideias, acredito naquilo que tem de ser feito, é pá e é benéfico para mim.” (Pescador 3).

“Eles a mim não fazem mal nenhum, até me dou bem com eles todos, com o Mourato, com o Paulo, com o Tó... Eu não falo mal da Reserva em nenhum lado, até com as raparigas que estavam aí dava-me também, com a Lurdes que é a mulher do Paulo, dou-me também com essa rapariga, com o Luís, com o Luís era o que se quisesse.” (Pescador 10).

“Em Agosto toda a gente faz petiscos de percebes nas Berlengas quando não se pode apanhar, eu acho que isso é que, se a Reserva está lá que havia de ver essas coisas também, não é? Aquilo é uma Reserva, aquilo era se fosse aqui pela costa, anda aí tanta gente sem licença, agora ali quer dizer, temos aqueles meses, temos quilos, somos abordados em terra várias vezes pela guarda-fiscal por causa da papelada e não sei quê, e depois essa malta faz o que lhe apetece e ainda se gabam do que fazem. Ali naquela ilha é sempre assim, isso é em tudo. Ainda aqui há tempos houve lá uma patuscada que eu fui para lá eu e mais outro barco a ver se o caçávamos lá, e levávamos a polícia marítima à civil, que era para ver se o apanhava a ele lá e o gajo da Reserva que estivesse com ele e depois eu queria ver como é que aquilo ficava.” (Mariscador).

“A gente diz na brincadeira: há dois tipos de gaivotas na Berlenga agora; são as gaivotas brancas e são os guardas da Reserva. Mal começa a cheirar a grelhado vêm logo cá para baixo para o almoço e não fazem nada.” (Centro de Mergulho).

“Há coisas aqui, meu deus... Fecham os olhos, olha o palangre, é proibido encostado às pedras, eu às vezes quero trabalhar, estou legal à cana, não consigo... Os vigilantes não saem lá de cima (faz sinal com as mãos sugerindo que ficam a beber).” (Pescador 6).

“Há pouca vigilância na Berlenga? Há, e os próprios fiscais são os piores porque fazem o compadrio do que é amigo e do que não é amigo. Distingue, fazem distinção. O nosso grande problema: há distinção”. (Dirigente de Cooperativa de Pesca).

Um antigo Diretor da Reserva dá conta também da diluição de responsabilidades e da adoção de um modelo de gestão que privilegia algum informalismo e flexibilidade em detrimento da compartimentação e rigidez.

“Na altura em que eu estava lá havia basicamente 3 entidades que tinham a tutela da gestão das atividades humanas na Berlenga, que era a Capitana do Porto de Peniche, que depende da Marinha, era o Ministério do Ambiente, portanto a Reserva, como lá diziam, e era a Câmara Municipal de Peniche. A diferença basicamente é que, enquanto a Marinha e o Ministério do Ambiente eram entidades Nacionais e de nomeação, a Câmara era uma entidade local de mandato eleitoral. Isso faz a diferença toda porque nós e a Marinha tínhamos uma série de competências legais, a Câmara praticamente não tinha competências legais. Nessa altura, não mandava no domínio público, não mandava na área do farol, não mandava no mar, não mandava numa série de coisas e aquilo em que mandava em terra. Pensando a frio, portanto o espaço jurídico, digamos da entidade municipal, no caso do Arquipélago das Berlengas

eu diria que é muito reduzido. Agora, acontece é que estão lá, estão lá e representam a população e como eu disse lá também uma série de vezes tem que ser a primeira linha de defesa, porque se não forem a primeira linha de defesa, são a primeira linha de ataque e isso não interessa a ninguém, e nós tínhamos um sistema de gestão, que não foi inventado por mim, foi pelo primeiro diretor. Aquilo que nós fazíamos eram os chamados “almoços de serviço” e reuníamos. Uma vez íamos para um lado, outra íamos para o outro. Discutíamos aqueles assuntos, sem prejuízo de tratar à medida assuntos que fossem aparecendo. Uma vez de dois em dois meses fazíamos um almoço de serviço; o Capitão de Porto, o Presidente da Câmara e o Diretor da Reserva e íamos tratando das coisas. Um punha as preocupações que tinha, outro punha outra e íamos concertando... Eu costumava dizer lá também que nenhuma das entidades tinha as competências todas para gerir a Berlenga sozinha, agora tinha que chegava e sobrava para estragar o trabalho das outras duas, se fossemos para o confronto, só que isso não interessa, e portanto íamos juntando o que cada um tinha. Este jogo de negociação permanente e que era mais equilibrado e que tinha uma certa dose de bom senso foi desequilibrado na altura em que o ICN por dentro saiu do processo. Basicamente estas reuniões a três foi coisa que acabou. Portanto o que acontece é que a entidade que teve condições para agarrar aquilo, de facto, foi o Município, só que o Município tem uma maneira de se organizar e tem regras próprias que são diferentes dos outros. As câmaras, por melhor que seja a pessoa que esteja à frente da câmara, eu lidei com três Presidentes de Câmara e dei-me bem com os três, pode ter as melhores ideias do mundo mas se não conseguir fazer passá-las no ciclo eleitoral de quatro anos a nível local, está feito e vem outro e portanto ele pode achar que o melhor é isto e aquilo, agora se não conseguir convencer a população localmente num ciclo de quatro anos, está feito, vai-se embora com a sua boa ideia e isso cria uma vulnerabilidade tremenda à gestão de uma área protegida por um organismo Municipal e, naquele caso, ainda mais porque grande parte dos assuntos que são ali geridos são assuntos que extravasam claramente o âmbito dos municípios, são as questões marítimas, são as questões de política de turismo nacional, etc, etc, aquilo é caso particular.” (Antigo Diretor da Reserva).

Esta negociação tácita de poder entre a Reserva e a autarquia não passa despercebida aos pescadores.

“Já não quero saber da Reserva. Eu pago a renda é à Câmara.” (Pescador 1)

“O grande problema aqui na Berlenga é: muita gente. Só tem que ter uma. Tinha que haver uma pessoa, que nós saibamos: é aquela!” (Operador turístico 4).

8. O LIFE e a Participação

Quando no contexto do LIFE Berlengas, se pretende avaliar o grau de participação dos diferentes *stakeholders* na elaboração do Plano de Gestão da ZPE e aferir a perceção das oportunidades e constrangimentos que ele suscita, assume-se implicitamente que os *stakeholders* têm algum conhecimento sobre estes instrumentos. A realidade, porém, pode ser um pouco distinta.

“Life Berlengas? Já ouvi dizer qualquer coisa mas não estou bem a... O que é que é isso? É assim, vi aquilo acolá escrito de Inverno “LIFE Berlenga” mas pft... nunca me explicaram o que era.” (Pescador 6).

“Sei que o LIFE é um programa de, de, não sei se de reabilitação, a informação é muito escassa. Num dia chegamos aí à ilha e tínhamos ali naquele lado na Flandres, que é aquela zona onde está aquela embarcação ali uma; escrito “LIFE Berlenga” escrito... “O que é isto? Nós não sabíamos o que era: “o que é que se passa?” Depois lá nos explicaram, o Paulo (Crisóstomo) e em conversa aí com a malta que é um projeto de conservação e de acho... Que tinha a ver com a, a, a, erradicação do chorão, que é uma espécie que não é daqui, não é originária daqui...” (Pescador 2).

“ZPE? Isso é o que a malta diz que é “o quadrado grande...” (Pescador 2).

“Acho que há um bocadinho de falta de informação a nível dos pescadores, talvez se reunirem todos com a SPEA para saber realmente o que nós poderíamos também ajudar. Podia haver uma reunião com todos os pescadores com as pessoas interessadas Conheço a Joana, nós estávamos um bocado intrigados com o LIFE, quando escreveram e depois ela explicou-nos. Depois entretanto até houve ali o centro de interpretação da Biosfera que se fez, vieram também na inauguração, falou-se um bocado disso da aves e então ainda houve alguma informaçãoozita na altura, não muita, mas houve alguma.” (Pescador 3).

Importa reconhecer, algo a que se aludiu logo no início deste relatório e que é por vezes a dificuldade em destrinçar diferentes instrumentos e instituições envolvidas nos esforços de conservação nas Berlengas. No entanto, a informação insuficiente e a recorrentemente referida distância entre os responsáveis pelos projetos e pela gestão da Reserva e o terreno parecem contribuir expressivamente para alguma desconfiança dos *stakeholders*. Por outro lado a participação no processo de elaboração do Plano nem sempre parece ser considerada suficiente e adequada.

“Com as pessoas do campo nós temos uma relação extremamente boa. As pessoas que conhecem efetivamente a Berlenga. O problema é que quem toma decisões conhece pouco a Berlenga.” (Dirigente dos Amigos da Berlenga).

“O problema todo é que da única vez em que envolveram os pescadores e os mariscadores e as marítimo-turísticas, foi no *workshop* que fizeram. No terreno, amigo: zero! Perguntas a um pescador e diz: “é pá, não quero saber dessa gente para nada...” O sentimento que há daqui quando vocês falam connosco há uma educação “à então, tudo bem?” mas eu aqui reparo que a malta não quer saber disso para nada... Porque não há ninguém que chegue aqui e diga assim: “olha, vamos fazer uma coisa, vamos ter uma reunião com os pescadores...” “Não. Falaram que iam ter, mas ninguém falou, ninguém fez nada. E isso o que é que acontece: é chegar a um local onde tamos cá a trabalhar, onde usufruímos deste espaço para trabalhar, e ninguém respeita quem cá está. Isso também não é muito bom, acredita. Tu estás aqui e vês um grupo de malta todos equipados, nem sequer levantam o braço a dizer bom dia à malta que reside aqui. Aquilo que eu acho, é que há uma forma de chegar aqui e uma arrogância em volta dessas patentes. Há uma arrogância de: “nós vamos fazer porque nós é que sabemos o que é que estamos a fazer”. Não é bem assim. Eu estou a falar pela comunidade. Aquele *workshop* que fui, e depois entrei lá e comecei a ver a malta lá, vi lá a direção lá, numa “mesazinha” lá sentada, o Diretor da Universidade de Ciências, assim, assado, e eu pensei para mim que seja honesto e tenta levar isto a algum lado. Estou aqui a trabalhar há 6 anos, tenho ali um barco que tem um motor com 3 anos, tem 13 000 horas de trabalho. 13 000 de trabalho, sabes o que é que isso quer dizer? Muito trabalho. Estou aqui na Berlenga há 6 anos e nunca vi uma destas pessoas aqui na ilha. E são eles que são os mandatários sem terem aqui estado no terreno a verem o que a gente vê. O que me estranha.” (Pescador 1).

“A Reserva, por exemplo, agora receberam não sei quanto, um milhão e não sei quanto agora para o Projeto LIFE... Se calhar 80% desse dinheiro foi mal gasto e mal aplicado e a parte da Reserva só vê isto como, como Reserva e podia ter aplicado algum dinheiro desse por exemplo a melhorar as condições sanitárias, simplesmente fazerem uns abrigos, umas coisa bem enquadradas de madeira que ficassem bem tanto no campismo, mais lá em cima, aqui uma mesa para as pessoas lancharem, uns “sombretes” para as pessoas apanharem sombra, para descansarem, qualquer coisa desse aspeto para darem apoio ao turismo que não tem nada. Alguém faz alguma porcaria dessas? Nem sequer se dignam a me convidar para lá ir, por isso eu a maior parte das vezes nem sei que isso acontece. Como eu lhe disse, não participei disso mas a questão de ser ouvidos ou não, eles ouvidos são. Não quer dizer é que quem os ouve os esteja a ouvir. Porque às vezes as pessoas querem ouvir aquilo que lhes interessa, aquilo que não interessa, não ouvem.” (Operador turístico 5).

“As pessoas são ouvidas, mas normalmente não são sentidas. E uma coisa é nos sermos ouvidos, outra é sermos sentidos. Porque ouvidos, tu podes-me estar aqui o resto da noite a ouvir e depois?” (Operador turístico 4).

Se nem sempre parece haver grande esclarecimento face aos instrumentos de gestão, as medidas concretas no terreno, pelo menos aquelas com uma face mais visível dificilmente passam despercebidas a todos os que frequentam a ilha. Na maioria dos casos, medidas como o controlo da população das gaivotas ou a irradicação do rato são genericamente vistas como benéficas. O caso da remoção do chorão é diferente, já que a maioria preferiria que, no mínimo, se mantivesse nas imediações da praia e do bairro. No entanto, independentemente do posicionamento dos diferentes entrevistados face a estas questões, aquilo que sobressai é que ao longo dos anos a alteração das políticas, não tendo eventualmente sido acompanhada por uma comunicação eficaz, projeta uma imagem de volatilidade e de insegurança perante a defesa de opções técnicas de conservação.

“Durante 30 anos, sempre me disseram que o rato fazia parte e que nós não podíamos matar um rato, que tínhamos de conviver... De repente, vem alguém que diz que é completamente ao contrário e este tipo de coisas para o comum dos mortais... A Reserva perdeu grande parte da credibilidade que tinha.” (Dirigente dos Amigos da Berlenga).

“Quanto a mim o que foi feito de melhor nesse LIFE foi o sistema dos ratos e o último sistema de retirada de ovos das gaivotas... Foi a única coisa que se aproveitou de todo esse projeto. O aumento da população da cagarra para mim não foi por aquilo que fizeram, ou que está ser feito, é do próprio habitat e dos próprios anos e do próprio sistema, é como qualquer espécie, um ano produz mais outro ano produz-se menos isso é como qualquer espécie. Eles, aliás, estão no habitat deles natural, não é por aquilo que têm feito que tem havido mais espécies ou menos espécies ou isso. Cagarras sempre houve muitas.” (Operador turístico 5).

“Antigamente fazia-se a desratização, depois acharam que o rato era muito especial, não se podia matar o rato. Depois havia os coelhos, mas pronto, os coelhos até são bonitos. Depois foi as gaivotas.” (Operador turístico 15).











“Eu fui a uma reunião em que a Reserva disse assim: “nós vamos retirar de uma vez só o chorão” e depois noutra momento da conversa “mas ainda não sabemos os resultados que vamos obter”. E eu disse assim: “então desculpem lá; então não sabem os resultados que vão obter e vão tirar todo o chorão? Então não é melhor experimentar numa zona, que não seja aquela zona que cai ali em cima da praia?” (Operador turístico 15).

“Esta pequena comunidade de pescadores acha que este trabalho que se está a fazer do chorão não tem qualquer lógica, e podemos não estar informados em relação ao que se está a fazer, o porquê, e eu curioso, é pá, é da minha pessoa, perguntei a um dos responsáveis da SPEA, aqui numa conversa disse: é pá! Qual é o motivo de tarem a fazer isto? E quem foi, disse que havia umas fotos antigas em

que a ilha estava composta sem os chorões. Agora, na minha, na minha ideia, porque também não estudei nada dessa área, nem pelo contrário, nunca me interessei nisso, acho que ao estarem atirar o chorão estão a degradar a rocha que está aqui. Isso é a minha opinião, visto que se a raiz entranhou para dentro das pedras, a própria árvore, a flor, a árvore, a flor, segurava as pedras. Essa é a minha ideia. Poderei estar redondamente enganado relativamente a isso.” (Pescador 1).

9. Conclusão

As entrevistas revelaram-se bastante ricas e mesmo havendo pontos de vista divergentes, há um conjunto de preocupações tendencialmente consensuais. Na tabela abaixo destacam-se algumas das principais ideias sobressaem das entrevistas. Na coluna da direita adotou-se uma escala gráfica que ilustra de forma simplificada a maior ou menor concordância com as respetivas premissas.

Principais conclusões	Perceção
É positivo que a Berlenga seja uma Reserva Natural	
A ZPE não limite significativamente a pesca e o turismo	
A vigilância e fiscalização na ZPE das Berlengas são insuficientes	
É necessário definir uma capacidade de carga humana na Berlenga	
Os pescadores cumprem as regras	
A pesca nas Berlengas é uma atividade rentável e com futuro	
Atualmente há menos pescado do que no passado	
A pesca e o turismo não são incompatíveis com a preservação dos valores naturais	
Existem demasiadas entidades com jurisdição na Berlenga	
Nem sempre são claras as medidas de gestão de habitat nem a comunicação entre os agentes económicos e a conservação.	

Com regras mais ou menos restritivas ao turismo ou à pesca, parece incontornável que as atividades económicas alicerçadas na Berlenga são hoje de vital importância na região. Naturalmente que a interceção das variáveis de sustentabilidade económica, social e ambientais é sempre uma tarefa complexa que exige desde logo informação de base que, no caso concreto, nem sempre parece disponível. As avaliações em sentido contraditório das tendências nos *stocks* de pescado ilustram precisamente a inexistência de dados concretos, por exemplo, sobre dois dos mais importantes recursos naquela área: o robalo e a dourada. Mesmo que a Reserva tenha sido criada tendo em conta a preservação de valores consagrados na Diretiva Aves e na Diretiva Habitats, a questão é que parece difícil compatibilizar todos os

recursos em disputa, se não se atender a um modelo de gestão integrada que entre em linha de conta com as expectativas das populações locais e com o impacto real das atividades que estas exercem.

A primeira, e talvez mais surpreendente revelação deste trabalho, é a forma como o estatuto de conservação da Berlenga é unanimemente considerado como positivo e como a queixa mais vezes invocada é a fiscalização insuficiente. Também um pouco inesperada foi a forma como três anos depois do Projeto LIFE Berlengas se ter implantado no terreno, sem prejuízo do investimento que foi feito em comunicação e na criação de canais de participação, haver ainda manifestações de desconhecimento acerca dos seus objetivos gerais. A montante dos dispositivos de participação pode, por ventura, ser necessário investir na capacitação das comunidades, conferindo-lhes assim melhores instrumentos de intervenção.

Os conflitos no seio da comunidade piscatória, que têm origem nomeadamente na disputa de recursos, não são obviamente exclusivos daquele contexto. Porém, o que as entrevistas ajudam a perceber é que, naquele caso particular, um aumento na eficácia da vigilância e a clarificação de competências, que passa por exemplo pela delimitação do DPM, podem contribuir para a moralização do sector e para a redução simultânea dos conflitos e dos impactos ambientais decorrentes de práticas irregulares.

Aquilo que este trabalho ajuda a perspetivar é que, mesmo não havendo neste momento indícios concretos de que as atividades turísticas ou piscatórias possam comprometer a sustentabilidade das populações e dos habitats das aves que motivaram o LIFE, também não parece haver dados que assegurem que as atividades humanas, com o perfil que têm hoje, possam assegurar os pressupostos de uma Reserva. Se parece inquestionável o peso social e económico daquele arquipélago, não apenas para aqueles que dele dependem diretamente mas para toda a região, então será necessário fazer uma ponderação informada do peso destas atividades e respetivos impactos ambientais e encontrar um ponto de equilíbrio.

10. Bibliografia

- Baker, Sarah Elsie & Edwards, Rosalind (eds.) (2012) How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research, Southampton, GB National Centre for Research Methods 43pp.
- Chevalier, J. M., & Buckles, D. J.(2008). SAS2 - A guide to collaborative inquiry and social engagement. SAGE Publications.
- Dovers, S., Feary, S., Martin, A., McMillan, L., Morgan, D. and Tollefson, M. (2015) 'Engagement and participation in protected area management: who, why, how and when?', in G. L. Worboys, M. Lockwood, A. Kothari, S. Feary and I. Pulsford (eds) Protected Area Governance and Management, pp. 413–440, ANU Press, Canberra.
- Glaser, B. G., and Strauss, A. L. (1967). The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research. Chicago: Aldine.
- Granovetter, M. (1973). The Strength Of Weak Ties. *American Journal of Sociology* 78, 1360-80. Grimble, R. (1998) Stakeholder methodologies in natural resource management. *Socioeconomic Methodologies. Best Practice Guidelines*. Chatham, UK: Natural Resources Institute.
- Ewert, Alan & Graeme Galloway (2009) Socially desirable responding in an environmental context: development of a domain specific scale, *Environmental Education Research*, 15:1, 55-70.
- Haraway, Donna (1988) Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, Vol. 14, No. 3. (Autumn, 1988), pp. 575-599.
- Legard, Robin et al. (2003) In-depth Interviews in Ritchie Jane & Jane Lewis, *Qualitative Research Practice a Guide for Social Science Students and Researchers*. SAGE Publications London.
- Milfont, T. L. (2009) The effects of social desirability on self-reported environmental attitudes and ecological behaviour. *The Environmentalist* 29 (3):263–9.
- Reed, Mark S. et al (2009) Who's in and why?: a typology of stakeholder analysis methods for natural resource management. *Journal of environmental management*. 90 (5), pp. 1933-1949 London: Academic Press, Elsevier.
- Turnhout, E., S. Van Bommel, & N. Aarts. (2010) How participation creates citizens: participatory governance as performative practice. *Ecology and Society* 15(4): 26.
- von Ruschkowski, E. (2010). Causes and potential solutions for conflicts between protected area management and local people in Germany. In S. Weber (Ed.), *Rethinking protected areas in a changing world: Proceedings of the 2009 George Wright Society Biennial Conference on Parks, Protected Areas, and Cultural Sites in Portland, Oregon* (pp. 200-244). Hancock, MI: George Wright Society.
- Webb, B. and Webb, S. (1932) *Methods of Social Study*, London: Longmans Green.
- Yvonne Rydin & Mark Pennington (2000) Public Participation and Local Environmental Planning: The collective action problem and the potential of social capital, *Local Environment*, 5:2, 153-169.
-

Anexo

Guião de entrevista

(A lista de questões abaixo, serviu para orientar os tópicos de conversa. Algumas entrevistas podem não incluir todos os tópicos e estes podem não surgir por esta ordem.)

- Cargo e função do entrevistado.
- Relação com a Berlenga; background biográfico, profissional/académico.
- Entendimento e posicionamento face a sucessivas alterações de estatuto da área.
- Grau de participação no processo de elaboração do Plano de Ordenamento.
- Quais os *stakeholders* que idêntica como fazendo parte do processo e qual considera se o seu grau de participação.
- Relação entre os diferentes *stakeholders* e relação dos *stakeholders* com a Reserva.
- A visão que tem das normas e do controle e aplicação das mesmas.
- Como descreveria a Berlenga e qual julga ser a perceção dos visitantes?
- Deveria o número de visitantes ser mais limitado? Como?
- As gaivotas são um problema? E os ratos? E os coelhos? E as aves marinhas? E o chorão e outras plantas exóticas?
- Há um problema de resíduos na Berlenga? De falta de água potável? De acesso a energia? Como pensa que poderia ser resolvido?
- Posicionamento relativamente às concessões formais ou tácitas do edificado da Berlenga? As infraestruturas são suficientes?
- Favorece a Reserva os recursos marinhos e as atividades que deles dependem?
- Quais as principais vantagens de existir a Reserva? Económicas (Turismo? Pesca?); Ambientais (Qualidade de vida? Recursos marinhos?); Simbólicas (Reconhecimento do valor da região?).
- Quais os principais inconvenientes/limitações (Atividades económicas? Atividades lúdicas?).
- Deve o turismo ser preponderantemente autónomo ou orientado?
- Estão os pescadores sintonizados com os objetivos da Reserva? Quem são? Estão bem organizados?
- Qual a imagem e expectativa que tem do Plano de Gestão da ZPE? Quais as suas implicações concretas para o entrevistado e para a comunidade?
- Qual o balanço que faz do processo de Participação Pública que conduziu à elaboração do Plano de Gestão da ZPE.
- Se tentar imaginar a Reserva da Berlenga daqui a 20 anos, o que é que supõe que se manterá inalterado e o pensa que será diferente?
- Como encara a possibilidade de prospeção e extração de hidrocarbonetos no mar de Peniche?